

**QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM  
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O  
MUNICÍPIO DE IBICARAÍ/BA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, **Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ nº 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Travessa Tiradentes, nº 23, Centro, Ibicaraí-BA, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Monalisa Gonçalves Tavares**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente termo aditivo prorrogar o período de vigência do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicaraí, com o fito de viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicaraí/BA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**

2.1 O período de vigência será **prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) meses**, a contar do dia 28 de outubro de 2022, convalidando-se, para todos os efeitos, os atos praticados em decorrência do ajuste original no período compreendido entre 28/10/2022 e a data de efetiva celebração do presente (período em que tramitava o procedimento para aditamento prazal).

2.2 Fica ajustado entre as partes que o Acordo de Cooperação Técnica será extinto antecipadamente caso haja o incremento de novos postos de serviços terceirizados na Promotoria de Justiça, com a imediata devolução do servidor municipal ora disponibilizado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento para que produza os seus regulares efeitos.

Salvador/BA, datado e assinado digitalmente/eletronicamente.

Assinado eletronicamente por:  
MONALISA GONCALVES TAVARES  
CPF: [REDACTED]  
Data: 02/06/2023 11:06:12 -03:00  
**Monalisa Gonçalves Tavares**  
**Município de Ibicaraí**  
Prefeito(a) Municipal

NORMA ANGELICA REIS CARDOSO  
CAVALCANTI [REDACTED]  
Assinado de forma digital por NORMA ANGELICA  
REIS CARDOSO CAVALCANTI [REDACTED]  
Dados: 2023.07.21 09:23:20 -03'00'  
**Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti Ministério Público**  
**do Estado da Bahia**  
Procuradora-Geral de Justiça



## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: EF45V-WDG9H-BXWPX-ECSHM

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ MONALISA GONCALVES TAVARES (CPF [REDACTED]) em 02/06/2023  
11:06 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
[REDACTED]	Lat: -12,936806      Long: -38,453248
	Precisão: 36463 (metros)
Autenticação	prefeitura.ibicarai@gmail.com
Email verificado	
bDIIf86eBHOTtGn436Lrc9ru3lzeVzrryZ+xK4mL/qw=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/EF45V-WDG9H-BXWPX-ECSHM>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate>

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA****GABINETE**

PORTARIA Nº 258/2023

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, considerando os fatos narrados no expediente protocolizado sob nº 19.09.00855.0017412/2023-70, e de acordo com o Parecer nº 469/2023 da Assessoria Técnico-Jurídica, o qual acolhemos, com fulcro no art. 185, IV, da Lei Estadual nº 9.433/2005, resolve instaurar Processo Administrativo para apurar a conduta da empresa BH SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, CNPJ nº 37.610.183/0001-77, por indícios de inexecução total do contrato, bem como constituir comissão processante para este fim, composta pelos servidores Antônio Sampaio dos Santos Júnior, que a presidirá; Geisa Maria Cardoso Ferreira e Patrícia Pinto Souza como membros; e José Jacques Barros Guarino, como suplente.

A Comissão de Processo Administrativo ora instituída tem o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da data de publicação deste ato.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 21 de julho de 2023.

André Luís Sant'Ana Ribeiro  
Superintendente de Gestão Administrativa

**DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES**

PORTARIA SGA Nº 255/2023

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Ana Gabriela Reis Nogueira Gonçalves, matrícula nº [REDACTED] e Leonardo Borges Castellar Sampaio, matrícula nº [REDACTED] para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 085/2023-SGA, relativo à aquisição de 01 (um) veículo de passageiros tipo caminhonete (pick up) 4x4.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

André Luis Sant'Ana Ribeiro  
Superintendente de Gestão Administrativa

**RESUMO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA. Processo SEI: 19.09.02328.0016412/2022-27. Parecer Jurídico: 162/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e o Município de Ibicarai/BA, CNPJ nº 14.147.896/0001-40. Objeto do ajuste original: Estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa, entre os convenientes, para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai/BA. Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do Termo original por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 28 de outubro de 2022.**

**RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº 091/2023 - SGA. Processo SEI: 19.09.02336.0005757/2023-23 – Pregão Eletrônico Nº 027/2023. Parecer jurídico: 515/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa PHM Construções e Combate a Incêndio Eirell, CNPJ nº 02.545.164/0001-20. Objeto: prestação de serviços de engenharia para manutenção preventiva e corretiva em sistema de combate a incêndio instalado na sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, Salvador – BA. Regime de Execução: Empreitada por preço global. Valor Global: R\$ 63.360,00 (sessenta e três mil, trezentos e sessenta reais). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0048. Ação (P/A/OE): 4734. Região: 9900. Destinação de Recursos: 1.500.0.100. Natureza de Despesa: 33.90.39. Forma de Pagamento: Ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a começar em 01 de agosto de 2023 e a terminar em 30 de julho de 2024.**

PORTARIA SGA Nº 257/2023

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Yule Brandão Mesquita, matrícula nº [REDACTED] e Magdyei Nader Barros Rego, matrícula nº [REDACTED] para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 091/2023-SGA, relativo à prestação de serviços de engenharia para manutenção preventiva e corretiva em sistema de combate a incêndio, instalado na sede do Ministério Público do Estado da Bahia, localizada na Quinta Avenida, Centro Administrativo, nº 750, Salvador/BA.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

André Luis Sant'Ana Ribeiro  
Superintendente de Gestão Administrativa



**QUARTO TERMO ADITIVO AO  
TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DA BAHIA E O  
MUNICÍPIO DE IBICARAÍ/BA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, **Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ nº 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Travessa Tiradentes, nº 23, Centro, Ibicaraí-BA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Luís Jacome Brandão Neto**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente termo aditivo prorrogar o período de vigência do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicaraí, com o fito de viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicaraí/BA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**





2.1 O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2020.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, 16 de setembro de 2020.

  
**Norma Angélica Reis Cardoso**  
**Cavalcanti Ministério Público**  
**do Estado da Bahia**  
Procuradora-Geral de Justiça

  
**Luís Jacome Brandão**  
**Neto**  
**Município de Ibicaraí**  
Prefeito(a) Municipal

1ª Testemunha

Nome: Francilene das S. Lacerda  
CPF: 

2ª Testemunha

Nome: Silvana Silva Monteiro  
CPF:  .  



**RESUMO DO PRIMEIRO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – CRB.** Processo Simp: 003.0.12688/2020. Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e o Conselho Regional de Biblioteconomia 5ª Região – CRB-5. Objeto do Termo de Cooperação: Realização de ações integradas entre o MPE/BA e o CRB-5, em toda sua área de atuação, no âmbito do Programa: “MP e os objetivos do milênio: saúde e educação de qualidade para todos”, em todo o Estado da Bahia. Objeto do aditivo: prorrogar o período de vigência do ajuste original por mais 02 (dois) anos, a contar de 22/10/2020.

**RESUMO DO QUARTO TERMO ADITIVO À ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.** Processo Simp: 003.0.12151/2020. Parecer Jurídico: 516/2020. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Ibicaraí, CNPJ nº 14.147.896/0001-40. Objeto do Termo de Cessão: Estabelecer a cooperação técnico-administrativa entre os convenientes para viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicaraí/BA. Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do Termo original por mais 02 (dois) anos, a contar do dia 28/10/2020.

**RESUMO DO QUARTO TERMO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.** Processo Simp: 003.0.12074/2020. Parecer jurídico: 502/2020. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Xique-Xique – BA, CNPJ nº 13.880.257/0001-27. Objeto do Termo de Cooperação: Estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa entre os convenientes, para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Xique-Xique - BA. Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do termo original por mais 02 (dois) anos, a contar de 30 de outubro de 2020.

**RESUMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 138/2015- SGA**  
Processo SIMP: 646.0.12923/2020. Parecer jurídico: 628/2020. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Koalla Participações Empreendimentos Imobiliários e Serviços Ltda, CNPJ nº 14.223.237/0001-46. Objeto contratual: Locação de 12 salas em imóvel urbano, para fins não residenciais, destinado ao funcionamento de órgãos do Ministério Público do Estado da Bahia. Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 03 (três) anos, a contar de 20/11/2020 até 19/11/2023, mantendo-se os preços de aluguel atualmente pactuados para o período de 20/11/2020 a 19/11/2021. Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0025 – Ação (P/A/OE) 6965 – Região 5700 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39.

#### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Superintendente de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, com base no Parecer nº 654/2020, da Assessoria Técnico-Jurídica, HOMOLOGA o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2020, UASG 926302, PROCESSO nº 003.0.12149/2020, OBJETO: Aquisição de Nobreak 60KVA, conforme edital e seus anexos. LICITANTE VENCEDORA: RTA COMERCIO E SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TECNICA LTDA, CNPJ: 07.604.035/0001-89. Salvador-Ba.

---

### PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

---

INQUÉRITO(S) CIVIL(S) / PROCEDIMENTO(S):

GEPAM - 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CIDADANIA DE SALVADOR/BA  
EDITAL Nº 009/2020 PRORROGAÇÃO INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.183988/2017

A 8ª Promotoria de Justiça da Cidadania, por intermédio da Promotora de Justiça infrafirmada, no uso de uma de suas atribuições legais relativas à Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público, atendendo ao comando do art. 9º da Resolução 23 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público do Estado da Bahia, vem por meio desta COMUNICAR a todos quanto possa interessar, a PRORROGAÇÃO DO PRAZO do Inquérito Civil nº 003.9.183988/2017, pelo prazo de 1(um) ano a contar desta data, diante da necessidade de realização da seguinte diligência: I – Dar continuidade à instrução na condição de Substituta Legal, em razão de não ter sido homologada a promoção de arquivamento. O processo é do ano de 2017 e foi recebido nesta Promotoria de Justiça em 13/11/2020, com mais de três anos de andamento, tornando-se necessária a prorrogação, diante da imprescindibilidade de realizar as diligências necessárias.

Salvador/BA, 18 de novembro de 2020  
CÉLIA OLIVEIRA BOAVENTURA  
Promotora de Justiça I

EDITAL N.º 034/2020  
COMUNICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO  
A 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASA NOVA

O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio de sua Promotora de Justiça Substituta, Drª Thays Rabelo da Costa, vem, por meio deste edital, comunicar aos interessados sobre decisão de arquivamento da Notícia de Fato nº 027/2020, IDEA 066.9.194968/2020, nos termos do art. 4º, I da Resolução CNMP Nº 174/2017.

Casa Nova, 18 de novembro de 2020.  
THAYS RABELO DACOSTA  
Promotora de Justiça Substituta

**QUARTO TERMO ADITIVO AO  
TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DA BAHIA E O  
MUNICÍPIO DE IBICARAÍ/BA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, **Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ nº 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Travessa Tiradentes, nº 23, Centro, Ibicaraí-BA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Luís Jacome Brandão Neto**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente termo aditivo prorrogar o período de vigência do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicaraí, com o fito de viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicaraí/BA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**





2.1 O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2020.


### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, 16 de setembro de 2020.

  
**Norma Angélica Reis Cardoso**  
**Cavalcanti Ministério Público**  
**do Estado da Bahia**  
Procuradora-Geral de Justiça

  
**Luís Jacome Brandão**  
**Neto**  
**Município de Ibicaí**  
Prefeito(a) Municipal

1ª Testemunha

Nome: Procurador dos S. Públicos

CPF: 

2ª Testemunha

Nome: Silvana Silva Monteiro

CPF:  - 72

**RESUMO DO PRIMEIRO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – CRB.** Processo Simp: 003.0.12688/2020. Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e o Conselho Regional de Biblioteconomia 5ª Região – CRB-5. Objeto do Termo de Cooperação: Realização de ações integradas entre o MPE/BA e o CRB-5, em toda sua área de atuação, no âmbito do Programa: "MP e os objetivos do milênio: saúde e educação de qualidade para todos", em todo o Estado da Bahia. Objeto do aditivo: prorrogar o período de vigência do ajuste original por mais 02 (dois) anos, a contar de 22/10/2020.

**RESUMO DO QUARTO TERMO ADITIVO À ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.** Processo Simp: 003.0.12151/2020. Parecer Jurídico: 516/2020. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Ibicarai, CNPJ nº 14.147.896/0001-40. Objeto do Termo de Cessão: Estabelecer a cooperação técnico-administrativa entre os convenientes para viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai/BA. Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do Termo original por mais 02 (dois) anos, a contar do dia 28/10/2020.

**RESUMO DO QUARTO TERMO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.** Processo Simp: 003.0.12074/2020. Parecer jurídico: 502/2020. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Xique-Xique – BA, CNPJ nº 13.880.257/0001-27. Objeto do Termo de Cooperação: Estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa entre os convenientes, para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Xique-Xique – BA. Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do termo original por mais 02 (dois) anos, a contar de 30 de outubro de 2020.

**RESUMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 138/2015- SGA**  
Processo SIMP: 646.0.12923/2020. Parecer jurídico: 628/2020. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Koalla Participações Empreendimentos Imobiliários e Serviços Ltda, CNPJ nº 14.223.237/0001-46. Objeto contratual: Locação de 12 salas em imóvel urbano, para fins não residenciais, destinado ao funcionamento de órgãos do Ministério Público do Estado da Bahia. Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 03 (três) anos, a contar de 20/11/2020 até 19/11/2023, mantendo-se os preços de aluguel atualmente pactuados para o período de 20/11/2020 a 19/11/2021. Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0025 – Ação (P/A/OE) 6965 – Região 5700 – Destinação de Recursos 100 – Natureza de Despesa 33.90.39.

#### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Superintendente de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, com base no Parecer nº 654/2020, da Assessoria Técnico-Jurídica, HOMOLOGA o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2020, UASG 926302, PROCESSO nº 003.0.12149/2020, OBJETO: Aquisição de Nobreak 60KVA, conforme edital e seus anexos. LICITANTE VENCEDORA: RTA COMERCIO E SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TECNICA LTDA, CNPJ: 07.604.035/0001-89. Salvador-Ba.

---

### PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

---

#### INQUÉRITO(S) CIVIL(S) / PROCEDIMENTO(S)

GEPAM - 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CIDADANIA DE SALVADOR/BA  
EDITAL Nº 009/2020 PRORROGAÇÃO INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.183988/2017

A 8ª Promotoria de Justiça da Cidadania, por intermédio da Promotora de Justiça infrafirmada, no uso de uma de suas atribuições legais relativas à Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público, atendendo ao comando do art. 23 da Resolução 23 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público c/c Resolução nº 006/2009, alterada pela nº 001/2013 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, vem por meio desta COMUNICAR a todos quanto possa interessar, a PRORROGAÇÃO DO PRAZO do Inquérito Civil nº 003.9.183988/2017, pelo prazo de 1 (um) ano a contar desta data, diante da necessidade de realização da seguinte diligência: I – Dar continuidade à instrução na condição de Substituta Legal, em razão de não ter sido homologada a promoção de arquivamento. O processo é do ano de 2017 e foi recebido nesta Promotoria de Justiça em 13/11/2020, com mais de três anos de andamento, tornando-se necessária a prorrogação, diante da imprescindibilidade de realizar as diligências necessárias.

Salvador/BA, 18 de novembro de 2020  
CÉLIA OLIVEIRA BOAVENTURA  
Promotora de Justiça I

EDITAL N.º 034/2020  
COMUNICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO  
A2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASA NOVA

O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio de sua Promotora de Justiça Substituta, Drª Thays Rabelo da Costa, vem, por meio deste edital, comunicar aos interessados sobre decisão de arquivamento da Notícia de Fato nº 027/2020, IDEA 066.9.194968/2020, nos termos do art. 4º, I da Resolução CNMP Nº 174/2017.

Casa Nova, 18 de novembro de 2020.  
THAYS RABELO DA COSTA  
Promotora de Justiça Substituta

**SIMP Nº:003.0.12151/2020**

DATA:02/09/2020

**ÁREA:** ADMINISTRATIVO

**SUBÁREA:**

**ASSUNTO:** COMUNICAÇÃO

**DETALHE DO ASSUNTO:**

**ORIGEM:**

**ENVOLVIDOS**

NOME	TIPO	RENOR
PAULA SOUZA DE PAULA	PROCESSANTE	Não





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS  
DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

CI Nº 097/2020-CEACC/DCCL  
Ref.: 4º Aditivo – Acordo de Cooperação Técnica – Município de Ibicarai/Ba  
SIMP: 003.0.12151/2020

Salvador, 02 de setembro de 2020.

Senhora  
**Maria Paula Simões Silva**  
Assessoria Técnico-Jurídica  
Superintendência de Gestão Administrativa  
Ministério Público do Estado da Bahia  
NESTA.

Encaminhamos a Vossa Senhoria, para análise e manifestação, minuta do 4º **Termo Aditivo**, para prorrogação do prazo de vigência do **Acordo de Cooperação Técnica** celebrado entre o **Ministério Público do Estado da Bahia** e o **Município de Ibicarai**, cujo objeto se consubstancia na *"estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa, entre os convenientes, para o funcionamento da Promotora de Justiça de Ibicarai/BA"*.

Oportunamente, salientamos que o termo final de vigência do ajuste se dará em 28 de outubro de 2020.

Com os nossos cordiais cumprimentos,



**Carlos Bastos Slucki**

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Matrícula [REDACTED]

**RE: CI. nº 084/2020 – DCCL - Vigência –Termo de cooperação técnico-administrativa–  
Município de Ibicarai**

Promotoria de Justiça de Ibicarai <ibicarai@mpba.mp.br>

Seg, 31/08/2020 12:28

Para: Ícaro Andrade Carias <icarocarias@mpba.mp.br>; Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

Cc: Rafael Lima Python <rafaelpython@mpba.mp.br>

Ao

Ilustríssimo Senhor

**Carlos Bastos Stucki**

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Ministério Público do Estado da Bahia

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o (a) cordialmente, **de ordem do Promotor de Justiça, Dr. Rafael Lima Python**, informo a V. S.a que há interesse na manutenção do ajuste com o Município de Ibicarai, para que seja prorrogado por mais 02 (dois) anos, bem como da necessidade de elaboração da minuta de aditivo pela Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações. Seguem abaixo os dados atualizados para celebração do termo:

Prefeito Municipal de Ibicarai: Luís Jacome Brandão Neto

Município de Ibicarai: CNPJ nº 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Travessa Tiradentes, nº 23, Centro, CEP: 45.745-000, Ibicarai -BA

Promotoria de Ibicarai: sede na Avenida Professor Otávio Monteiro, nº 109, Centro, CEP: 45.745-000, Ibicarai-BA

O serviço de segurança é prestado pela Guarda Municipal, Marcela Bispo Nascimento, matrícula 1220, [REDACTED]

Atenciosamente,

Francislane dos Santos Cardoso

ATA-3S4040

IBICARAI-BA (73) 3242-2240/1556/ 98194-4412

---

**De:** Ícaro Andrade Carias <icarocarias@mpba.mp.br>

**Enviado:** terça-feira, 25 de agosto de 2020 20:30

**Para:** Rafael Lima Python <rafaelpython@mpba.mp.br>; Promotoria de Justiça de Ibicarai <ibicarai@mpba.mp.br>

**Cc:** Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

**Assunto:** CI. nº 084/2020 – DCCL - Vigência –Termo de cooperação técnico-administrativa– Município de Ibicarai

**Ícaro A. Carlas**

Contato: (71) 3103-0540

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Ministério Público do Estado da Bahia



**QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO  
DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA E O  
MUNICÍPIO DE IBICARAÍ/BA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, **Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ nº 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Travessa Tiradentes, nº 23, Centro, Ibicarai-BA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Luís Jacome Brandão Neto**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente termo aditivo prorrogar o período de vigência do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicarai, com o fito de viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai/BA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**

2.1 O período de vigência será prorrogado por mais **02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

**Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**  
Ministério Público do Estado da Bahia  
Procuradora-Geral de Justiça

**Luís Jacome Brandão Neto**  
Município de Ibicarai  
Prefeito(a) Municipal

1ª Testemunha

2ª Testemunha

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:



**3º TERMO ADITIVO AD TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O  
MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça Adjunta, **Sara Mandra Moraes Rusciollelli Souza**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ nº 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Travessa Tiradentes, nº 23, Centro, Ibicaraí-BA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Luís Jacome Brandão Neto**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente termo aditivo alterar a redação da Cláusula Quinta, bem como prorrogar o período de vigência do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicaraí, com o fito de viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicaraí.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES**

2.1 A Cláusula Quinta do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa original passa a vigorar com a seguinte redação:

"Este acordo terá vigência de 02 (dois) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante celebração de termo(s) aditivo(s)."


2.2 O período de vigência será prorrogado por mais 02 (dois) anos, a contar do dia 28 de outubro de 2018.


**CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, 15 de outubro de 2018.

  
**Sara Mandra Moraes Rusciollelli Souza**  
Ministério Público do Estado da Bahia  
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta

  
**Luís Jacome Brandão Neto**  
Município de Ibicaraí  
Prefeito Municipal

1ª Testemunha



Nome:

CPF:

2ª Testemunha



Nome:

CPF:



2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA  
BAHIA E O MUNICÍPIO DE IBICARAÍ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça Adjunta, **Dra. Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ nº 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Tiradentes, nº 23, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Lenildo Alves Santana, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicarai, com o fito de viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO**

O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, 27 de OUTUBRO de 2016.

**Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**  
Ministério Público do Estado da Bahia  
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta

**Lenildo Alves Santana**  
Município de Ibicarai  
Prefeito Municipal

1ª Testemunha

Nome:

CPF:

2ª Testemunha

Nome:

CPF:





**TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DA BAHIA E O MUNICÍPIO DE  
IBICARAÍ-BA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ n. 04.142.491/0001-66, com sede nesta cidade Capital, na 5ª Avenida, n.750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Márcio José Cordeiro Fahel**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ n. 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Tiradentes, n. 23, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Lenildo Alves Santana**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicarai, com o fito de viabilizar o funcionario da Promotoria de Justiça de Ibicarai/BA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO**

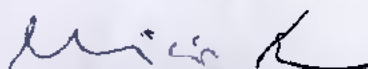
O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2014.

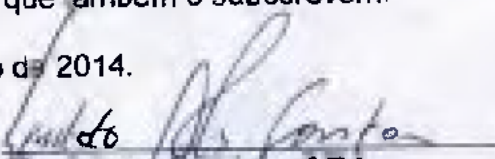
**CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinaram o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, 20 de outubro de 2014.

  
**Ministério Público do Estado da Bahia**  
Procurador-Geral de Justiça

  
**Município de Ibicarai-BA**  
Lenildo Alves Santana

1ª Testemunha

Nome:  
CPF:

2ª Testemunha

Nome:  
CPF:



**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O MUNICÍPIO DE IBICARAÍ PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, com sede na Avenida nº 5, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Wellington César Lima e Silva** e o **MUNICÍPIO de IBICARAÍ**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Lenildo Alves Santana**, celebram o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este Termo tem por objeto estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa, entre os convenientes, para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES**

Pelo **MUNICÍPIO de IBICARAÍ**

Colocar à disposição, sem ônus para o Ministério Público, 01 (um) servidor do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Ibicarai para prestar serviços auxiliares de vigilância à Promotoria de Justiça.

Pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

- Manter, ainda que por substituição, providas as vagas de sua representação na Promotoria de Ibicarai.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

Is. 10  
Ass. 18

E, por estarem acordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e um só efeito, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador, 29 de outubro de 2012.

**WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA**  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA  
BAHIA  
Procurador-Geral de Justiça

**LENILDO ALVES SANTANA**  
MUNICÍPIO DE IBICARAI  
Prefeito Municipal

1ª Testemunha:  
NOME  
CPF Nº

2ª Testemunha:  
NOME  
CPF Nº



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA



**PROCEDIMENTO Nº. 003.0.12151/2020 – PGJ**

**ORIGEM:** DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

**ASSUNTO:** TERMO DE COOPERAÇÃO. ADITAMENTO.


**EMENTA:** ADITAMENTO. TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA. PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA. SOLICITAÇÃO ANTERIOR À EXPIRAÇÃO DO PRAZO. REQUISITO DO ART 179, LEI ESTADUAL 9.433/05. PELO DEFERIMENTO.

**PARECER Nº. 516/2020**

1. Trata-se de minuta de Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnico-Administrativa celebrado entre este Ministério Público e Município de Ibicarai, cujo objeto é a viabilização do funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai, com o propósito específico de prorrogar a vigência do acordo por mais 02 (dois) anos, a partir de 28/10/2020.
2. A legislação permite a alteração pretendida, desde que necessária ao atendimento dos fins visados pelas partes celebrantes. Ademais, o instrumento de Termo de Cooperação original prevê, em sua Cláusula Quinta, a prorrogação da vigência do pacto, através de termo aditivo. Ressalte-se que a solicitação de aditamento foi feita antes da expiração do prazo, o que legitima o ato.
3. Assim, estando a hipótese em consonância com as disposições legais e, caso a Procuradoria-Geral de Justiça entenda que há interesse administrativo no objeto do Acordo, esta Assessoria Técnico-Jurídica opina pelo aditamento, aprovando a minuta de Termo Aditivo apresentada.

É o parecer, s.m.j.

Salvador, 08 de setembro de 2020.

  
Bel. Maria Paula Simões Silva  
Assessoria Técnico Jurídica/SGA  
Matrícula [REDACTED]

  
Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira  
Assessoria Técnico Jurídica/SGA  
Matrícula [REDACTED]




Ref. 003.0.12151/2020

DESPACHO

**Acolho o Parecer nº 516/2020 da Assessoria Técnico-Jurídica desta Superintendência**, relativo à minuta de Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Ibicarai – com o objetivo de estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa entre os convenientes para o funcionamento da Promotoria de Justiça da localidade, **nos termos do citado opinativo.**

Encaminhe-se o presente expediente à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações, para conhecimento e adoção das providências necessárias.

Em 09 de setembro de 2020.



**Frederico Wellington Silveira Soares**  
Superintendente de Gestão Administrativa





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Ref.: Aditivo – ACT – Ibicarai

SIMP nº 003.0.12151/2020

### DESPACHO

Considerando a conclusão do trâmite administrativo necessário à coleta de assinaturas do 4º Aditivo ao acordo de cooperação técnica celebrado com o Município de Ibicarai pela Ilustre representante do MP/BA, remete-se o expediente à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça para a análise sobre a conveniência e oportunidade da celebração do ajuste.

Havendo interesse na celebração do ajuste, solicita-se a devolução do procedimento, acompanhado das vias assinadas, para adoção das demais providências cabíveis.

Salvador, 25 de setembro de 2020.

*Paula S. de Paula Marques*  
**Paula Souza de Paula Marques**

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento  
de Contratos e Convênios

Mat. nº [REDACTED]

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
Recebido em 25/09/2020 às 11:30h  
*[Assinatura]*  
Renata Moraes de Jesus  
Assistente Técnica  
Matrícula [REDACTED]



**DESPACHO**

- Cumprida a diligência *retro*, retorne-se o presente expediente à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações (DCCL).

Em 17 de novembro de 2020

**ALICE PARADA COSTA**  
Assessoria Técnico-Jurídica  
Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça  
Mat. [REDACTED]



**3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O  
MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça Adjunta, **Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ nº 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Travessa Tiradentes, nº 23, Centro, Ibicaraí-BA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Luís Jacome Brandão Neto**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente termo aditivo alterar a redação da Cláusula Quinta, bem como prorrogar o período de vigência do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicaraí, com o fito de viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicaraí.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**

2.1 A Cláusula Quinta do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa original passa a vigorar com a seguinte redação:

“Este acordo terá vigência de 02 (dois) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante celebração de termo(s) aditivo(s).”


2.2 O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2018.


**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, 15 de outubro de 2018.

  
**Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**  
Ministério Público do Estado da Bahia  
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta

  
**Luís Jacome Brandão Neto**  
Município de Ibicaraí  
Prefeito Municipal

1ª Testemunha



Nome:

CPF:

2ª Testemunha



Nome:

CPF:



**3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O  
MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça Adjunta, **Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ nº 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Travessa Tiradentes, nº 23, Centro, Ibicaraí-BA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Luís Jacome Brandão Neto**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente termo aditivo alterar a redação da Cláusula Quinta, bem como prorrogar o período de vigência do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicaraí, com o fito de viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicaraí.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**

2.1 A Cláusula Quinta do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa original passa a vigorar com a seguinte redação:

“Este acordo terá vigência de 02 (dois) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante celebração de termo(s) aditivo(s).”


2.2 O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2018.


**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, 15 de outubro de 2018.

  
**Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**  
Ministério Público do Estado da Bahia  
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta

  
**Luís Jacome Brandão Neto**  
Município de Ibicaraí  
Prefeito Municipal

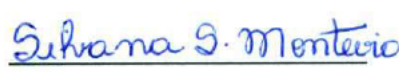
1ª Testemunha



Nome:

CPF:

2ª Testemunha



Nome:

CPF:



PROCESSO DEFERIDO PELA SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

Nome	Matrícula	Período deferido da licença	Quinquênio	Processo inicial	Publicação DJE	ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE GOZO		
						Novo Período	Motivo	Documento autorizador
SUELI VIEIRA DE OLIVEIRA		16/10/2018 A 14/11/2018 - 30 dias	1992/1997	003.0.18010/2018	25/06/2018	01/08/2019 A 30/08/2019 - 30 dias	NECESSIDADE DO SERVIÇO	003.0.32003/2018

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 15 de outubro de 2018.

### **DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES**

RESUMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO - CONTRATO Nº 181/2018- SGA

Processo: 003.0.26987/2018 - Dispensa nº 140/2018 - DA.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Romictom Maciel Santos-ME, CNPJ nº09.548.429/0001-29.

Objeto: Fornecimento de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações fabricados em embalagem de polipropileno, transparente, com tampa de pressão e lacre, com capacidade para 20 (vinte) litros, devidamente higienizados, para tender a Promotoria de Justiça Regional de Ibotirama/BA.

Valor unitário (garrafão): R\$ 10,00 (dez reais).

Valor global anual máximo (400 garrações): R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0003 - Destinação de Recurso (Fonte) 100 - Ação (PAOE) 2000 - Região 9900 - Natureza da Despesa 33.90.30.

Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a começar em 01/10/2018 e a terminar em 30/09/2019, ficando acordado que se considerará extinto caso o quantitativo máximo anual estimado venha a ser alcançado antecipadamente.

RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/2016- SGA

Processo: 003.0.28622/2018.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Sampo Seguros S/A, CNPJ nº 61.383.493/0001-80.

Objeto contratual: prestação de serviços de seguro contra incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos e demais coberturas adicionais para imóveis de propriedade do Ministério Público do Estado da Bahia.

Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato originariamente firmado entre as partes por mais 12 (doze) meses, a contar das 24:00h do dia 09/11/2018 até as 24:00h do dia 09 de novembro de 219.

Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0003 - Destinação de Recurso (Fonte) 100 - Ação (PAOE) 2047 - Região 9900 - Natureza da Despesa 33.90.39.

### **RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO À ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA**

Processo: 003.0.28300/2018.

Parecer Jurídico: 853/2018

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Ibicaí, CNPJ nº 14.147.896/0001-40.

Objeto do Termo de Cessão: Estabelecer a cooperação técnico-administrativa entre os convenientes para viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicaí/BA.

Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do Termo original por mais 02 (dois) anos, a contar do dia 28/10/2018.



## PROCESSO DEFERIDO PELA SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

## ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

Nome	Matrícula	Período deferido da licença	Quinquênio	Processo inicial	Publicação DJE	ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE GOZO		
						Novo Período	Motivo	Documento autorizador
SUELI VIEIRA DE OLIVEIRA		16/10/2018 A 14/11/2018 - 30 dias	1992/1997	003.0.18010/2018	25/06/2018	01/08/2019 A 30/08/2019 - 30 dias	NECESSIDADE DO SERVIÇO	003.0.32003/2018

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 15 de outubro de 2018.

### DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

## RESUMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO - CONTRATO Nº 181/2018- SGA

Processo: 003.0.26987/2018 - Dispensa nº 140/2018 - DA.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Romictom Maciel Santos-ME, CNPJ nº 09.548.429/0001-29.

Objeto: Fornecimento de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações fabricados em embalagem de polipropileno, transparente, com tampa de pressão e lacre, com capacidade para 20 (vinte) litros, devidamente higienizados, para tender a Promotoria de Justiça Regional de Ibotirama/BA.

Valor unitário (garrafão): R\$ 10,00 (dez reais).

Valor global anual máximo (400 garrações): R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0003 - Destinação de Recurso (Fonte) 100 - Ação (PAOE) 2000 - Região 9900 - Natureza da Despesa 33.90.30.

Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a começar em 01/10/2018 e a terminar em 30/09/2019, ficando acordado que se considerará extinto caso o quantitativo máximo anual estimado venha a ser alcançado antecipadamente.

## RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/2016- SGA

Processo: 003.0.28622/2018.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Somp Seguros S/A, CNPJ nº 61.383.493/0001-80.

Objeto contratual: prestação de serviços de seguro contra incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos e demais coberturas adicionais para imóveis de propriedade do Ministério Público do Estado da Bahia.

Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato originariamente firmado entre as partes por mais 12 (doze) meses, a contar das 24:00h do dia 09/11/2018 até as 24:00h do dia 09 de novembro de 2019.

Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0003 - Destinação de Recurso (Fonte) 100 - Ação (PAOE) 2047 - Região 9900 - Natureza da Despesa 33.90.39.

## RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO À ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Processo: 003.0.28300/2018.

Parecer Jurídico: 853/2018

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Ibicarai, CNPJ nº 14.147.896/0001-40.

Objeto do Termo de Cessão: Estabelecer a cooperação técnico-administrativa entre os convenientes para viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai/BA.

Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do Termo original por mais 02 (dois) anos, a contar do dia 28/10/2018.



Ministério Público do Estado da Bahia  
Procuradoria-Geral de Justiça  
Número: **003.0.28300/2018** Original  
Data: 14/9/2018 Hora: 16:49

Qt. Vol.: Recebido por: magaly

CI nº 126/2018 – CCC

Ref.: 3º Aditivo – Ibicarai

Salvador, 14 de setembro de 2018.

Senhora Assessora Jurídica,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, para análise e manifestação, a minuta do **3º Termo Aditivo** ao Termo de Cooperação Técnico-Administrativa celebrado entre o **Ministério Público do Estado da Bahia e o Município de Ibicarai** (cópia em anexo), cujo objeto se consubstancia em *"estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa entre os convenientes para o funcionamento do Promotoria de Justiça de Ibicarai/BA"*.

Com os cordiais nossos cumprimentos,

  
**Carlos Bastos Stucki**

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Diretor

Matrícula 

Senhora  
**Maria Paula Simões Silva**  
Assessoria Técnico-Jurídica  
Superintendência de Gestão Administrativa  
Ministério Público do Estado da Bahia  
NESTA.



**3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O  
MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**

D **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça Adjunta, **Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ nº 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Travessa Tiradentes, nº 23, Centro, Ibicaraí-BA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Luís Jacome Brandão Neto**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente termo aditivo alterar a redação da Cláusula Quinta, bem como prorrogar o período de vigência do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicaraí, com o fito de viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicaraí.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**

2.1 A Cláusula Quinta do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa original passa a vigorar com a seguinte redação:

“Este acordo terá vigência de 02 (dois) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante celebração de termo(s) aditivo(s).”

2.2 O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2018.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**  
**Ministério Público do Estado da Bahia**  
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta

**Luís Jacome Brandão Neto**  
**Município de Ibicaraí**  
Prefeito Municipal

1ª Testemunha

2ª Testemunha

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

**Fernanda da Costa Peres**

---

**De:** Scarlet Moura Almeida  
**Enviado em:** segunda-feira, 10 de setembro de 2018 14:43  
**Para:** Promotoria de Justiça Itabuna; Fernanda da Costa Peres  
**Assunto:** Re: informação CI 109/2018 - CCC

**Sinalizador de acompanhamento:** Acompanhar  
**Status do sinalizador:** Sinalizada

**Prefeito Ibicarai:** LUÍS JACOME BRANDÃO NETO  
**Endereço:** RUA TRAVESSA TIRADENTES - Nº23 - CENTRO - IBICARAI/BA - CEP 45.745-000

**Scarlet M. Almeida**

ATA - PJ IBICARAI  
nº mat. [REDACTED]

---

**De:** Promotoria de Justiça Itabuna  
**Enviado:** segunda-feira, 10 de setembro de 2018 14:31  
**Para:** Scarlet Moura Almeida  
**Cc:** Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios; Rafael Lima Pithon; Fernanda da Costa Peres  
**Assunto:** Re: informação CI 109/2018 - CCC

Prezada Scarlet,

Favor atender a solicitação da colega Fernanda, a fim de tornar viável a confecção da minuta.

Cordialmente,

Iara Fontes

---

**De:** Fernanda da Costa Peres  
**Enviado:** segunda-feira, 10 de setembro de 2018 14:29  
**Para:** Promotoria de Justiça Itabuna  
**Cc:** Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios; Rafael Lima Pithon  
**Assunto:** RE5: informação CI 109/2018 - CCC

Prezada Iara,

Bom tarde.

Fineza encaminhar os dados atualizados do Município (nome completo do Prefeito e endereço da sede administrativa), para que possamos confeccionar a minuta de aditivo.

Atenciosamente,

**Fernanda da Costa Peres**

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações  
Superintendência de Gestão Administrativa  
Ministério Público do Estado da Bahia



Tel.: (71) 3103-0540 - [fernanda.peres@mpba.mp.br](mailto:fernanda.peres@mpba.mp.br)

**De:** Promotoria de Justiça Itabuna

**Enviada em:** segunda-feira, 10 de setembro de 2018 14:27

**Para:** Carlos Bastos Stucki <[carlos.stucki@mpba.mp.br](mailto:carlos.stucki@mpba.mp.br)>

**Cc:** Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <[contratos@mpba.mp.br](mailto:contratos@mpba.mp.br)>; Rafael Lima Pithon <[rafaelpithon@mpba.mp.br](mailto:rafaelpithon@mpba.mp.br)>

**Assunto:** informação CI 109/2018 - CCC

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente, de ordem do Promotor de Justiça Dr. Rafael Lima Pithon, informo a V. Sa. que a Prefeitura Municipal de Ibicaraí, concordou com a renovação do termo de cooperação técnico administrativa.

Assim, solicito cópia do termo para assinatura.

Cordialmente,

Iara Passos Fontes

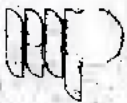
Gerente Adm. Regional Itabuna

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.



**2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA  
BAHIA E O MUNICÍPIO DE IBICARAI**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça Adjunta, Dra. Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza, e o MUNICÍPIO DE IBICARAI, inscrito no CNPJ nº 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Tiradentes, nº 23, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Lenildo Alves Santana, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicarai, com o fito de viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO**

O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, 27 de outubro de 2016.

Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza  
Ministério Público do Estado da Bahia  
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta

Lenildo Alves Santana  
Município de Ibicarai  
Prefeito Municipal

1ª Testemunha

Nome:

CPF:

2ª Testemunha

Nome:

CPF:

## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

### GABINETE

**RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA - MUNICÍPIO DE IBICARAÍ/BA**  
Parecer jurídico: 1289/2016.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Ibicaraí/BA.

Objeto do Ajuste: Estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa entre os convenientes para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicaraí/BA.

Objeto do aditivo: Prorrogação do prazo de vigência por mais 02 (dois) anos, a contar do dia 28 de outubro de 2016.

**RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS- CONTRATO Nº 183/2016- SGA**

Processo: 003.0.216439/2016 - Inexigibilidade de licitação nº 009/2016-DTI.

Parecer jurídico: 1372/2016.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Federal Tecnologia Desenvolvimento de Software Ltda, CNPJ nº 01.980.764/0001-14.

Objeto: prestação de serviços especializados e exclusivos de consultoria, suporte técnico, atualizações, manutenção preventiva e corretiva, referente ao Sistema SisSoft2002 versão Sombra Light de interceptação e monitoramento de telefonia, móvel e fixa, judicialmente autorizada.

Valor global: R\$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais).

Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40 101/0021 - Ação (P/A/OE) 2002 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39.

Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado.

Prazo da vigência: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do resumo no Diário da Justiça Eletrônico.

PORTARIANº 327/2016

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Designar os servidores Aricésar dos Santos, matrícula 352.104, e Helder Santana da Jesus, matrícula 353.559, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 183/2016-SGA, relativo à prestação de serviços especializados e exclusivos de consultoria, suporte técnico, atualizações, manutenção preventiva e corretiva, referente ao sistema SisSoft202 versão Sombra Light de interceptação e monitoramento de telefonia.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 16 de dezembro de 2016.

Frederico Wellington Silveira Soaras  
Superintendente de Gestão Administrativa

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

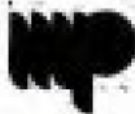
**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO**

O Superintendente de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico nº 91/2016, Processo nº 003.0.23364s/2016. Objeto: Registro de preços de gêneros alimentícios. Parecer Tec/Jurídico nº 1431/2016. Data de Homologação: 14/12/2016. Licitante vencedor para o lote único: JOCEVAL DE OLIVEIRA SANTOS, CNPJ: 03.867.889/0001-05. Salvador/Ba, 16/12/2016. Frederico Wellington Silveira Soares - Superintendente.

**RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2016 - SGA**

Pregão Eletrônico nº 79/2016 - UASG 926302 - Procedimento nº 003.0.169266/2016 - Objeto: registro de preços de materiais elétricos (lâmpadas e soquetes). Prazo de Vigência: 12 (doze) meses a partir desta publicação. Data da assinatura: 01/12/2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2016 - SGA						
REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL ELÉTRICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES A SEGUIR:						
ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS E PREÇOS REGISTRADOS						
Nº DE EMENDA	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	MARCA /REF.	Unidade Física	QUANTIDADE ESTIMADA	PREÇO UNIT. (R\$)	FORNECEDOR
1	Lâmpada LED, tensão: 110-240V, Base: E27, Frequência: 50/60Hz, Fator de Potência: > 0,7; Vida útil mínima 25.000h; Fluxo luminoso: 810 lm; Ângulo de abertura: 200°; IRC: > 60; Dimensões 60 x 110mm; Potência: 10W. Cor branca.	Elgin	Un	700	11,99	SERV & MAQ COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP, CNPJ 12.981.327/0001-70



**TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DA BAHIA E O MUNICÍPIO DE  
IBICARAI-BA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ n. 04.142.491/0001-66, com sede nesta cidade Capital, na 5ª Avenida, n.750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Márcio José Cordeiro Fahel**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAI**, inscrito no CNPJ n. 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Tiradentes, n. 23, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Lenildo Alves Santana**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicarai, com o fito de viabilizar o funcionário da Promotoria de Justiça de Ibicarai/BA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO**

O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2014.

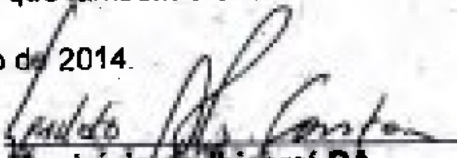
**CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinaram o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, 20 de outubro de 2014.

  
**Ministério Público do Estado da Bahia**  
Procurador-Geral de Justiça

  
**Município de Ibicarai-BA**  
Lenildo Alves Santana

1ª Testemunha

Nome:  
CPF:

2ª Testemunha

Nome:  
CPF:



**CORREGEDORIA GERAL****COMUNICAÇÃO Nº 01/2015 - CGMP**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso da suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 207, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 11/96, combinado com o art. 90, §§ 1º à 4º do Regimento Interno da Corregedoria-Geral, torne público aos Excelentíssimos Membros do Ministério Público do Estado de Bahia que dentro do Cronograma de Correções Ordinárias estabelecido para o 1º semestre de 2014, serão realizadas, no mês de fevereiro, Correções Ordinárias nas Promotorias de Justiça, na conformidade com o cronograma abaixo, sem prejuízo de que sejam realizadas Visitas de Inspeção nas Promotorias de Justiça das Comarcas vizinhas às que estejam sofrendo Correções.

DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR CORREGEDOR
23 a 27/02	CEAF, CEDSP, COER, CAOCA, NAJC e CEDUC.	Dr. Cleusa Boyde de Andrade
23 a 27/02	PJ da Fazenda Pública - 2ª PJ; 1ª, 3ª e 4ª PJ's do Consumidor; 1ª e 2ª PJ's de Cidadania, todas da capital.	Dra. Maria Isabel Rodrigues de Oliveira Vilela

Salvador, 07 de janeiro de 2015.  
FRANKLIN OURIVES DIAS DA SILVA  
Corregedor-Geral do Ministério Público

**SUPERINTENDENCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
GABINETE****RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA**

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Ibicarai. CNPJ 14.147.896/0001-40.

Objeto: Estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa entre os Convenientes, para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai.

Objeto do Aditivo: Prorrogar o prazo de vigência do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa pelo período de 02 (dois) anos.

**PORTARIA Nº 001/2015**

A SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições delegadas pelo Ato nº 070, publicado no Diário do Poder Judiciário de 20 de agosto de 2014, e

- CONSIDERANDO as determinações contidas na Súmula nº 331 do TST e no artigo 154, VIII, da Lei Estadual nº 9.433/2005, relativas ao dever da Administração Pública de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias a cargo das empresas contratadas; e

- CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 12.949/2014 (Lei Anticalote), que institui mecanismos de controle quanto ao cumprimento de encargos trabalhistas, previdenciários e sociais pelas empresas prestadoras de serviços terceirizados, já vem sendo aplicada por este Ministério Público;

**RESOLVE**

Art. 1º Instituir Comissão transitória para acompanhamento da fiscalização dos contratos do Ministério Público do Estado da Bahia cujos aditais de licitação tenham observado os mecanismos de controle, estabelecidos pela Lei Estadual nº 12.949/2014 (Lei Anticalote), com a seguinte composição:

- I. Gláucio Metos Santos de Cerqueira;
- II. Fernanda da Costa Pares;
- III. André Luis Sant'Ana Ribeiro;
- IV. Evânio Gomes de Andrade Filho;
- V. Eloisa Angelopes Pereira;
- VI. Milena de Carvalho Oliveira

Art. 2º A Comissão instituída incumbirá a estabelecimento de parâmetros e diretrizes visando a uniformização de práticas e procedimentos relacionados à fiscalização contratual, tanto no que se refere à documentação apresentada mensalmente pela empresa contratada para o fim de habilitação para pagamento, quanto ao controle da execução do objeto do contrato.

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DA BAHIA E O MUNICÍPIO DE  
IBICARAÍ PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, com sede na Avenida nº 5, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Wellington César Lima e Silva** e o **MUNICÍPIO de IBICARAÍ**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Lenildo Alves Santana**, celebram o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este Termo tem por objeto estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa, entre os convenientes, para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES**

Pelo **MUNICÍPIO de IBICARAÍ**

Colocar à disposição, sem ônus para o Ministério Público, 01 (um) servidor do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Ibicarai para prestar serviços auxiliares de vigilância à Promotoria de Justiça.

Pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

Manter, ainda que por substituição, providas as vagas de sua representação na Promotoria de Ibicarai.

*[Assinaturas manuscritas]*

- Promover, no âmbito da Promotoria, a execução das atividades inerentes às funções institucional e constitucional do Ministério Público.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VEDAÇÃO**

É vedada a indicação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou afins até o terceiro grau do Prefeito Municipal e respectivos Secretários Municipais, para a(s) vaga(s) a que se refere este Termo.

### **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS**

As obrigações ora assumidas não acarretam qualquer transferência de recursos financeiros entre os partícipes, razão pela qual deixam de mencionar o valor dos recursos financeiros destinados a fazer frente às despesas e respectivas dotações orçamentárias, isto significando que as partes não terão ônus direto com a assinatura deste Termo.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

Este acordo terá vigência de 02 (dois) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

### **CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES**

As adições ou variações em qualquer cláusula para modificar este Ajuste, exceto quanto ao seu objeto, mediante consentimento mútuo, serão formalizadas através de Termos Aditivos, que passarão a integrar este instrumento.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO, RESILIÇÃO OU DENÚNCIA**

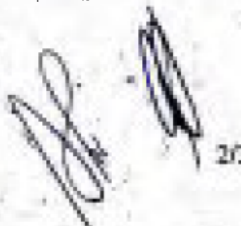
O presente Termo poderá ser resiliado a qualquer tempo, por vontade de qualquer das partes, mediante comunicação escrita à outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, quando houver fato ou disposição legal que o torne material ou formalmente inexequível, ou rescindido unilateralmente, se houver inadimplemento de qualquer das cláusulas aqui pactuadas.

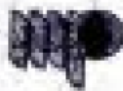
### **CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE**

Até o quinto dia útil do mês subsequente ao dia da assinatura deste Termo, o **MUNISTÉRIO PÚBLICO** publicará o seu resumo no Diário da Justiça Eletrônico.

### **CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Salvador para dirimir quaisquer questões oriundas do presente ato, renunciando as partes convenientes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





E, por estarem acordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e um só efeito, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador, 29 de outubro de 2012.

**WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA**  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA  
BAHIA  
Procurador-Geral de Justiça

**LENILDO ALVES SANTANA**  
MUNICÍPIO DE IBICARAÍ  
Prefeito Municipal

1ª Testemunha:  
NOME  
CPF Nº

2ª Testemunha:  
NOME  
CPF Nº





---

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

---

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

---

**RESUMO DE CONVÊNIO**

**CONVENIENTES:** Ministério Público do Estado da Bahia e o Município de Ibicarai. **OBJETO:** Estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa entre os convenientes para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai. **VIGÊNCIA:** 29.10.2012 a 28.10.2014.



PROCEDIMENTO Nº: 003.0.28300/2018 – PGJ

ORIGEM: DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

ASSUNTO: CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO. ADITAMENTO

EMENTA: ADITAMENTO. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO. ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA E PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA. SOLICITAÇÃO ANTERIOR À EXPIRAÇÃO DO PRAZO. REQUISITO DO ART. 179, LEI ESTADUAL Nº 9.433/05. PELO DEFERIMENTO.

### PARECER Nº. 853/2018

1. Trata-se de minuta de Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnico-Administrativa celebrado entre o **Ministério Público do Estado da Bahia** e o **Município de Ibicaraí**, cujo objeto é a cooperação técnica entre os signatários com vistas à viabilização do funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicaraí, com o propósito específico de **alterar a Cláusula Quinta**, para possibilitar a **prorrogação contratual**, independentemente do período, bem como prorrogar a **vigência do acordo** por mais 02 (dois) anos, a partir de 28/10/2018.

2. A legislação permite as alterações pretendidas, desde que necessárias ao atendimento dos fins visados pelos partícipes, consoante art. 179 da Lei Estadual nº 9.433/2005. Ademais, o instrumento de Cooperação original prevê, em sua Cláusula Sexta, a possibilidade de adições ou variações em qualquer das cláusulas, através de termo aditivo.

3. Outrossim, a Cláusula Quinta permite a prorrogação da vigência do pacto, através de termo aditivo. Ressalte-se que a solicitação de aditamento foi feita antes da expiração do prazo, o que legitima o ato.



Ref. 003.0.28300/2018

DESPACHO

Acolho o Parecer nº 853/2018 da Assessoria Técnico-Jurídica desta Superintendência, relativo à minuta de Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Ibicarai – com o objetivo de estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa entre os convenientes para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai, nos termos do citado opinativo.

Encaminhe-se o presente expediente à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações para conhecimento e adoção das providências necessárias.

Em 20 de setembro de 2018.

Frederico Wellington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa



Ref.: Aditivo - Termo de Cooperação Técnico-administrativa – Município  
de Ibicarai

Procedimento SIMP nº 003.0.28300/2018

## DESPACHO

Considerando a conclusão do trâmite administrativo necessário, remete-se o expediente à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça para a análise sobre a conveniência e oportunidade da celebração do ajuste.

Caso seja confirmado o entendimento acerca da subscrição, seguem anexas 03 (três) vias do 3º Termo Aditivo a Acordo de Cooperação Técnico-Administrativa celebrado entre este *parquet* e o Município de Ibicarai, para coleta de assinaturas da ilustre representante deste *parquet*.

Cumprida a diligência supra referida, solicita-se a devolução do procedimento para adoção das demais providências cabíveis.

Salvador, 04 de outubro de 2018.

  
**Paula Souza de Paula Marques**

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento  
de Contratos e Convênios

Mat. nº 





**DESPACHO**

- De ordem do Chefe de Gabinete, encaminhe-se o presente expediente contendo 03 (três) vias do 3º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica com o município de Ibicaraí, para adoção das providências de praxe.

Em, 11 de outubro de 2018.

**LUCIANA BENEDETTO TORRES**  
Assessoria Técnico-Jurídica  
Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça  
Mat. [REDACTED]





**2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA  
BAHIA E O MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça Adjunta, **Dra. Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ nº 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Tiradentes, nº 23, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Lenildo Alves Santana, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicarai, com o fito de viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO**

O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, 27 de OUTUBRO de 2016.

**Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**  
**Ministério Público do Estado da Bahia**  
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta

**Lenildo Alves Santana**  
**Município de Ibicarai**  
Prefeito Municipal

1ª Testemunha

Valiana C. de N. Teodoro

Nome:

CPF: [REDACTED]

2ª Testemunha

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**  
**GABINETE****RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA - MUNICÍPIO DE IBICARAÍ/BA**

Parecer jurídico: 1289/2016.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Ibicarai/BA.

Objeto do Ajuste: Estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa entre os convenientes para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai/BA.

Objeto do aditivo: Prorrogação do prazo de vigência por mais 02 (dois) anos, a contar do dia 28 de outubro de 2016.

**RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS- CONTRATO Nº 183/2016- SGA**

Processo: 003.0.216439/2016 - Inexigibilidade de licitação nº 009/2016-DTI.

Parecer jurídico: 1372/2016.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Federal Tecnologia Desenvolvimento de Software Ltda, CNPJ nº 01.980.764/0001-14.

Objeto: prestação de serviços especializados e exclusivos de consultoria, suporte técnico, atualizações, manutenção preventiva e corretiva, referente ao Sistema SisSoft2002 versão Sombra Light de interceptação e monitoramento de telefonia, móvel e fixa, judicialmente autorizada.

Valor global: R\$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais).

Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0021 - Ação (P/A/OE) 2002 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39.

Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado.

Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do resumo no Diário da Justiça Eletrônico.

PORTARIA Nº 327/2016

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar os servidores Aricésar dos Santos, matrícula [REDACTED] e Helder Santana de Jesus, matrícula [REDACTED] para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 183/2016-SGA, relativo à prestação de serviços especializados e exclusivos de consultoria, suporte técnico, atualizações, manutenção preventiva e corretiva, referente ao sistema SisSoft202 versão Sombra Light de interceptação e monitoramento de telefonia.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 16 de dezembro de 2016.

Frederico Wellington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa**COMISSÃO DE LICITAÇÃO****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO**

O Superintendente de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico nº 91/2016, Processo nº 003.0.233648/2016. Objeto: Registro de preços de gêneros alimentícios. Parecer Tec/Jurídico nº 1431/2016. Data de Homologação: 14/12/2016. Licitante vencedor para o lote único: JOCEVAL DE OLIVEIRA SANTOS, CNPJ: 03.867.889/0001-05. Salvador/Ba, 16/12/2016. Frederico Wellington Silveira Soares - Superintendente.

**RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2016 - SGA**

Pregão Eletrônico nº 79/2016 - UASG 926302 - Procedimento nº 003.0.169266/2016 - Objeto: registro de preços de materiais elétricos (lâmpadas e soquetes). Prazo de Vigência: 12 (doze) meses a partir desta publicação. Data da assinatura: 01/12/2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2016 - SGA						
REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL ELÉTRICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES A SEGUIR.						
ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS E PREÇOS REGISTRADOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	MARCA /REF.	Unidade Física	QUANTIDADE ESTIMADA	PREÇO UNIT. (R\$)	FORNECEDOR
1	Lâmpada LED, tensão: 110-240V; Base:E27, Frequência: 50/60Hz, Fator de Potência: > 0.7; Vida útil mínima 25.000h; Fluxo luminoso: 810 lm; Ângulo de abertura: 200°; IRC: > 80; Dimensões 60 x 110mm; Potência: 10W. Cor branca.	Elgin	Un	700	11,99	SERV & MAQ COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP, CNPJ 12.981.327/0001-70



Ofício n. 194 /2016/2ªPJ

Ibicaraí/BA, 07 de dezembro de 2016.

A

Ilustríssima Senhora

FERNANDA DA COSTA PERES

Coordenação de Contratos e Convênios do Ministério Público da Bahia

Ilustríssima Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, valho-me do presente expediente para encaminhar V. Sa, **2º TERMO DE ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O MUNICÍPIO DE IBICARAI**, desta Promotoria de Justiça da Comarca de Ibicarai, contendo o presente instrumento em 03 (três) vias originais, de igual teor e forma.

No ensejo, expressões de consideração e apreço

**DIONELES LEONE SANTNA FILHO**  
Promotor de Justiça em Substituição





**COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

**CI nº 104/2016 – CCC**


Ref.: Minuta – 2º Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica – Município de Ibicarai

Salvador, 20 de outubro de 2016.

Ilustríssima Senhora Assessora de Gabinete,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, para análise e manifestação, **minuta do 2º Aditivo ao Termo de Cooperação** a ser firmado entre este *Parquet* e o Município de Ibicarai, cujo objeto se consubstancia no “estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa, entre os convenientes, para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai”.

Com os nossos cumprimentos,

  
**Heverton dos Santos Campos**  
Coordenador Executivo  
Coordenação de Contratos e Convênios  
Matrícula [REDACTED]

Ilustríssima Senhora  
**Maria Paula Simões Silva**  
Assessoria de Gabinete / Assessoria Técnico-Jurídica  
Superintendência de Gestão Administrativa  
Ministério Público do Estado da Bahia  
NESTA.



**2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA  
BAHIA E O MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça Adjunta, **Dra. Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ nº 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Tiradentes, nº 23, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Lenildo Alves Santana, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicarai, com o fito de viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO**

O período de vigência será **prorrogado** por mais 02 (dois) anos, a contar do dia 28 de outubro de 2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, 27 de OUTUBRO de 2016.

**Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**  
**Ministério Público do Estado da Bahia**  
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta

**Lenildo Alves Santana**  
**Município de Ibicarai**  
Prefeito Municipal

1ª Testemunha

Valéria C. de N. Pereira

Nome:

CPF: XXXXXXXXXX

2ª Testemunha

Nome:

CPF:

## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

### GABINETE

#### RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA - MUNICÍPIO DE IBICARAÍ/BA

Parecer jurídico: 1289/2016.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Ibicaraí/BA.

Objeto do Ajuste: Estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa entre os convenientes para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicaraí/BA.

Objeto do aditivo: Prorrogação do prazo de vigência por mais 02 (dois) anos, a contar do dia 28 de outubro de 2016.

#### RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS- CONTRATO Nº 183/2016- SGA

Processo: 003.0.216439/2016 - Inexigibilidade de licitação nº 009/2016-DTI.

Parecer jurídico: 1372/2016.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Federal Tecnologia Desenvolvimento de Software Ltda, CNPJ nº 01.980.764/0001-14.

Objeto: prestação de serviços especializados e exclusivos de consultoria, suporte técnico, atualizações, manutenção preventiva e corretiva, referente ao Sistema SisSoft2002 versão Sombra Light de interceptação e monitoramento de telefonia, móvel e fixa, judicialmente autorizada.

Valor global: R\$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais).

Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0021 Ação (P/A/OE) 2002 – Região 9900 – Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39.

Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado.

Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do resumo no Diário da Justiça Eletrônico.

PORTARIA Nº 327/2016

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE

Designar os servidores Aricésar dos Santos, matrícula [REDACTED], e Helder Santana de Jesus, matrícula [REDACTED] para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 183/2016-SGA, relativo à prestação de serviços especializados e exclusivos de consultoria, suporte técnico, atualizações, manutenção preventiva e corretiva, referente ao sistema SisSoft2002 versão Sombra Light de interceptação e monitoramento de telefonia.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 16 de dezembro de 2016.

Frederico Wellington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

#### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Superintendente de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico nº 91/2016, Processo nº 003.0.233648/2016. Objeto: Registro de preços de gêneros alimentícios. Parecer Tec/Jurídico nº 1431/2016. Data de Homologação: 14/12/2016. Licitante vencedor para o lote único: JOCEVAL DE OLIVEIRA SANTOS, CNPJ: 03.867.889/0001-05. Salvador/BA, 16/12/2016. Frederico Wellington Silveira Soares – Superintendente.

#### RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2016 - SGA

Pregão Eletrônico nº 79/2016 - UASG 926302 - Procedimento nº 003.0.169266/2016 - Objeto: registro de preços de materiais elétricos (lâmpadas e soquetes). Prazo de Vigência: 12 (doze) meses a partir desta publicação. Data da assinatura: 01/12/2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2016 - SGA						
REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL ELÉTRICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES A SEGUIR.						
ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS E PREÇOS REGISTRADOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	MARCA /REF.	Unidade Física	QUANTIDADE ESTIMADA	PREÇO UNIT. (R\$)	FORNECEDOR
1	Lâmpada LED, tensão: 110-240V; Base: E27, Frequência: 50/60Hz, Fator de Potência: > 0,7; Vida útil mínima 25.000h; Fluxo luminoso: 810 lm; Ângulo de abertura: 200°; IRC: > 80; Dimensões 60 x 110mm; Potência: 10W. Cor branca.	Elgin	Un	700	11,99	SERV & MAQ COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP, CNPJ 12.981.327/0001-70



**2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA  
BAHIA E O MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça Adjunta, **Dra. Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ nº 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Tiradentes, nº 23, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Lenildo Alves Santana, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicaraí, com o fito de viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicaraí.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO**

O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

**Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**  
**Ministério Público do Estado da Bahia**  
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta

**Lenildo Alves Santana**  
**Município de Ibicaraí**  
Prefeito Municipal

1ª Testemunha

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

2ª Testemunha

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_





**TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DA BAHIA E O MUNICÍPIO DE  
IBICARAÍ-BA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ n. 04.142.491/0001-66, com sede nesta cidade Capital, na 5ª Avenida, n.750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Márcio José Cordeiro Fahel**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ n. 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Tiradentes, n. 23, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Lenildo Alves Santana**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicarai, com o fito de viabilizar o funcionário da Promotoria de Justiça de Ibicarai/BA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO**


O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2014.

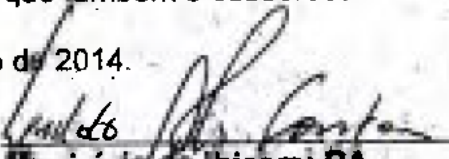
**CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinaram o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, 20 de outubro de 2014.

  
**Ministério Público do Estado da Bahia**  
Procurador-Geral de Justiça

  
**Município de Ibicarai-BA**  
Lenildo Alves Santana

1ª Testemunha

Nome:  
CPF:

2ª Testemunha

Nome:  
CPF:

**CORREGEDORIA GERAL**

COMUNICAÇÃO Nº 01/2015 - CGMP

D CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 207, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 11/96, combinado com o art. 90, §§ 1º a 4º do Regimento Interno da Corregedoria-Geral, torna público aos Excelentíssimos Membros do Ministério Público do Estado da Bahia que dentro do Cronograma de Correições Ordinárias estabelecido para o 1º semestre de 2014, serão realizadas, no mês de fevereiro, Correições Ordinárias nas Promotorias de Justiça, na conformidade com o cronograma abaixo, sem prejuízo de que sejam realizadas Visitas de Inspeção nas Promotorias de Justiça das Comarcas vizinhas às que estejam sofrendo Correições.

DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR CORREGEDOR
23 a 27/02	CEAF, CEOSP, COER, CAOCA, NAIC e CEDUC.	Dra. Cláudia Boyda de Andrade
23 a 27/02	PJ de Fazenda Pública - 2ª PJ; 1ª, 3ª e 4ª PJs do Consumidor; 1ª e 2ª PJs da Cidadania, todas de capital.	Dra. Maria Isabel Rodrigues de Oliveira Vilela

Salvador, 07 de janeiro de 2015.  
FRANKLIN OURIVES DIAS DA SILVA  
Corregedor-Geral do Ministério Público

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
GABINETE****RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA**

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Ibicarai, CNPJ 14.147.686/0001-40.

Objeto: Estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa entre os Convenientes, para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai.

Objeto do Aditivo: Prolongar o prazo de vigência do Termo da Cooperação Técnico-Administrativa pelo período de 02 (dois) anos.

PORTARIA Nº 001/2015

ASUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições delegadas pelo Ato nº 070, publicado no Diário do Poder Judiciário de 20 de agosto de 2014, e

- CONSIDERANDO as determinações contidas na Súmula nº 331 do TST e no artigo 154, VIII, da Lei Estadual nº 9.433/2005, relativas ao dever da Administração Pública de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias a cargo das empresas contratadas; e

- CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 12.949/2014 (Lei Anticalote), que institui mecanismos de controle quanto ao cumprimento de encargos trabalhistas, previdenciários e sociais pelas empresas prestadoras de serviços terceirizados, já vem sendo aplicada por este Ministério Público;

**RESOLVE**

Art. 1º Instituir Comissão transitória para acompanhamento da fiscalização dos contratos do Ministério Público do Estado da Bahia cujos editais de licitação tenham observado os mecanismos de controle estabelecidos pela Lei Estadual nº 12.949/2014 (Lei Anticalote), com a seguinte composição:

- I. Gláucio Matos Santos de Cerqueira;
- II. Fernanda da Costa Peres;
- III. André Luis Sant'Ana Ribeiro;
- IV. Evânio Gomes de Andrade Filho;
- V. Eliete Angelopes Pereira;
- VI. Milena de Carvalho Oliveira

Art. 2º A Comissão instituída incumbirá o estabelecimento de parâmetros e diretrizes visando a uniformização de práticas e procedimentos relacionados à fiscalização contratual, tanto no que se refere à documentação apresentada mansamente pela empresa contratada para o fim de habilitação para pagamento, quanto ao controle da execução do objeto do contrato.

**PROCEDIMENTO Nº. CI nº. 104/2016 - CCC**

**INTERESSADO: MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**

**ASSUNTO: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

**EMENTA. TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA. FUNCIONAMENTO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IBICARAÍ. TERMO ADITIVO. PRORROGAÇÃO POSSIBILIDADE.**

**PARECER Nº. 1289/2016**

#### **I - RELATÓRIO**

Trata-se de minuta de Termo Aditivo a Termo de Cooperação Técnico-Administrativa, firmado entre o Ministério Público do Estado da Bahia e o Município de Ibicaraí, cujo objeto é a prorrogação do prazo de vigência por mais 02 (dois) anos. Instrui o expediente a minuta do termo aditivo, cópia do termo de cooperação técnico-administrativa e publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

#### **II - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

Conforme cláusula quinta do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa, o acordo terá vigência de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período. Ademais, cabe esclarecer que não se aplica o regramento dos contratos administrativos aos convênios, termos de cooperação, termos de parceria ou instrumentos congêneres, haja vista que os interesses das partes, nesses casos, são convergentes, visando ao atendimento ao interesse público. Sobre o tema

"No contrato, os interesses das partes são divergentes e opostos, ao passo que nos convênios os partícipes têm interesses comuns e coincidentes. Nos contratos há uma reciprocidade de obrigações em decorrência de uma reciprocidade na fruição de utilidades; nos convênios há reciprocidade de interesses entre os partícipes, ainda que a colaboração entre eles possa variar de intensidade, consoante as possibilidades de cada um. Em suma, convênio e contrato são ajustes, mas, como decidiu o Supremo Tribunal Federal, convênio não é contrato (Revista Trimestral de Jurisprudência, vol. 141, p. 619). Essa é uma distinção pacífica na jurisprudência do TCU, como se depreende do assentado em

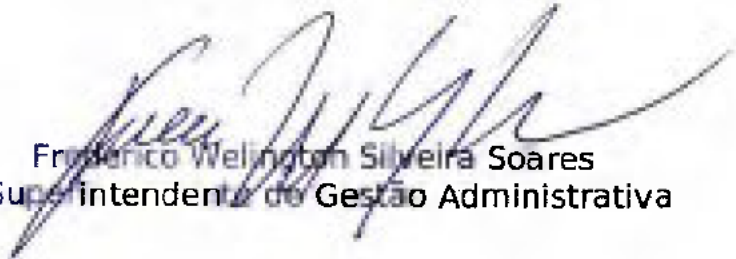
*P*  
*6*

DESPACHO

Acolho o Parecer nº 1289/2016 da Assessoria Técnico-Jurídica desta Superintendência, referente ao Termo Aditivo a Termo de Cooperação Técnico-Administrativo firmado entre este Ministério Público e o Município de Ibicaraí, com a finalidade de prorrogar o prazo da vigência por mais 02 (dois) anos.

Encaminhe-se o presente expediente à Coordenação de Contratos e Convênios, para conhecimento e adoção das providências necessárias.

Em 24 de outubro de 2016



Frederico Wellington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa





**COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

**Ref.: 2º Aditivo ACT- Município de Ibiracá**

**DESPACHO**

De ordem, remete-se o expediente à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, com **03 (três) vias do 2º Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica**, para a coleta de assinaturas da Procuradora Geral de Justiça Adjunta, Exma. Drª. Sara Mandra Moraes Rusciolelli.

Cumprida a diligência supra referida, solicita-se a devolução do procedimento para fins de publicação e adoção das demais providências cabíveis.

Salvador, 14 de dezembro de 2016.

**Heverton dos Santos Campos**  
Coordenador Executivo  
Coordenação de Contratos e Convênios  
Matrícula [REDACTED]





**TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DA BAHIA E O MUNICÍPIO DE  
IBICARAÍ-BA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ n. 04.142.491/0001-66, com sede nesta cidade Capital, na 5ª Avenida, n.750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Márcio José Cordeiro Fahel**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ n. 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Tiradentes, n. 23, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Lenildo Alves Santana**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicarai, com o fito de viabilizar o funcionario da Promotoria de Justiça de Ibicarai/BA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO**

O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2014.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinaram o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, 20 de outubro de 2014.

**Ministério Público do Estado da Bahia**  
Procurador-Geral de Justiça

**Município de Ibicarai-BA**  
Lenildo Alves Santana

1ª Testemunha

Nome:  
CPF:

2ª Testemunha

Nome:  
CPF:



**CORREGEDORIA GERAL**

COMUNICAÇÃO Nº 01/2015 - CGMP

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 207, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 11/96, combinado com o art. 90, §§ 1º à 4º do Regimento Interno da Corregedoria-Geral, torna público aos Excelentíssimos Membros do Ministério Público do Estado da Bahia que dentro do Cronograma de Correições Ordinárias estabelecido para o 1º semestre de 2014, serão realizadas, no mês de fevereiro, Correições Ordinárias nas Promotorias de Justiça, na conformidade com o cronograma abaixo, sem prejuízo de que sejam realizadas Visitas de Inspeção nas Promotorias de Justiça das Comarcas vizinhas às que estejam sofrendo Correições.

DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR CORREGEDOR
23 a 27/02	CEAF, CEOSP, COER, CAOCA, NAIC e CEDUC.	Drª. Cleusa Boyda de Andrade
23 a 27/02	PJ de Fazenda Pública – 2ª PJ; 1ª, 3ª e 4ª PJ's do Consumidor; 1ª e 2ª PJ's da Cidadania, todas da capital.	Dra. Maria Isabel Rodrigues de Oliveira Vilela

Salvador, 07 de janeiro de 2015.  
FRANKLIN OURIVES DIAS DA SILVA  
Corregedor-Geral do Ministério Público

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
GABINETE**

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Ibicarai, CNPJ 14.147.896/0001-40.

Objeto: Estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa entre os Convenientes, para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai.

Objeto do Aditivo: Prorrogar o prazo de vigência do Temo de Cooperação Técnico-Administrativa pelo período de 02 (dois) anos.

PORTARIA Nº 001/2015

A SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições delegadas pelo Ato nº 070, publicado no Diário do Poder Judiciário de 20 de agosto de 2014, e

- CONSIDERANDO as determinações contidas na Súmula nº 331 do TST e no artigo 154, VIII, da Lei Estadual nº 9.433/2005, relativas ao dever da Administração Pública de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias a cargo das empresas contratadas; e

- CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 12.949/2014 (Lei Anticalote), que institui mecanismos de controle quanto ao cumprimento de encargos trabalhistas, previdenciários e sociais pelas empresas prestadoras de serviços terceirizados, já vem sendo aplicada por este Ministério Público;

RESOLVE

Art. 1º Instituir Comissão transitória para acompanhamento da fiscalização dos contratos do Ministério Público do Estado da Bahia cujos editais de licitação tenham observado os mecanismos de controle estabelecidos pela Lei Estadual nº 12.949/2014 (Lei Anticalote), com a seguinte composição:

- I. Gláucio Matos Santos de Cerqueira;
- II. Fernanda da Costa Peres;
- III. André Luis Sant'Ana Ribeiro;
- IV. Evânio Gomes de Andrade Filho;
- V. Eloisa Angelopes Pereira;
- VI. Milena de Carvalho Oliveira

Art. 2º A Comissão instituída incumbirá o estabelecimento de parâmetros e diretrizes visando a uniformização de práticas e procedimentos relacionados à fiscalização contratual, tanto no que se refere à documentação apresentada mensalmente pela empresa contratada para o fim de habilitação para pagamento, quanto ao controle da execução do objeto do contrato.





**TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DA BAHIA E O MUNICÍPIO DE  
IBICARAÍ-BA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ n. 04.142.491/0001-66, com sede nesta cidade Capital, na 5ª Avenida, n.750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Márcio José Cordeiro Fahel**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ n. 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Tiradentes, n. 23, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Lenildo Alves Santana**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicarai, com o fito de viabilizar o funcionario da Promotoria de Justiça de Ibicarai/BA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO**


O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2014.


**CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinaram o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, 20 de outubro de 2014.

  
Ministério Público do Estado da Bahia  
Procurador-Geral de Justiça

  
Município de Ibicarai-BA  
Lenildo Alves Santana

1ª Testemunha

Nome:  
CPF:

2ª Testemunha

Nome:  
CPF:



## COMUNICAÇÃO Nº 01/2015 - CGMP

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 207, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 11/96, combinado com o art. 90, §§ 1º à 4º do Regimento Interno da Corregedoria-Geral, torna público aos Excelentíssimos Membros do Ministério Público do Estado da Bahia que dentro do Cronograma de Correções Ordinárias estabelecido para o 1º semestre de 2014, serão realizadas, no mês de fevereiro, Correções Ordinárias nas Promotorias de Justiça, na conformidade com o cronograma abaixo, sem prejuízo de que sejam realizadas Visitas de Inspeção nas Promotorias de Justiça das Comarcas vizinhas às que estejam sofrendo Correções

DATA	PROMOTORIA JUSTIÇA	PROMOTOR CORREGEDOR
23 a 27/02	CEAF, CEOSP, COER, CAOCA, NAIC e CEDUC,	Drª. Cleusa Boyda de Andrade
23 a 27/02	PJ da Fazenda Pública - 2ª PJ; 1ª, 3ª e 4ª PJ's do Consumidor; 1ª e 2ª PJ's da Cidadania; todas da capital.	Dra. Maria Isabel Rodrigues de Oliveira Vilela

Salvador, 07 de janeiro de 2015.  
FRANKLIN DURIVES DIAS DA SILVA  
Corregedor-Geral do Ministério Público

## SUPERINTENDENCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

## RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Ibicarai, CNPJ 14.147.896/0001-40

Objeto: Estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa entre os Convenientes, para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai

Objeto do Aditivo: Prorrogar o prazo de vigência do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa pelo período de 02 (dois) anos.

PORTARIA Nº 001/2015

ASUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições delegadas pelo Ato nº 070, publicado no Diário do Poder Judiciário de 20 de agosto de 2014, e

- CONSIDERANDO as determinações contidas na Súmula nº 331 do TST e no artigo 154, VIII, da Lei Estadual nº 9.433/2005, relativas ao dever da Administração Pública de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias a cargo das empresas contratadas; e

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 12.949/2014 (Lei Anticalote), que institui mecanismos de controle quanto ao cumprimento de encargos trabalhistas, previdenciários e sociais pelas empresas prestadoras de serviços terceirizados, já vem sendo aplicada por este Ministério Público;

## RESOLVE

Art. 1º Instituir Comissão transitória para acompanhamento da fiscalização dos contratos do Ministério Público do Estado da Bahia cujos editais de licitação tenham observado os mecanismos de controle estabelecidos pela Lei Estadual nº 12.949/2014 (Lei Anticalote), com a seguinte composição:

- I. Gláucio Matos Santos de Cerqueira;
- II. Fernanda da Costa Peres;
- III. André Luis Sant'Ana Ribeiro;
- IV. Evânio Gomes de Andrade Filho;
- V. Eloisa Angelopes Pereira;
- VI. Milena de Carvalho Oliveira

Art. 2º A Comissão instituída incumbirá o estabelecimento de parâmetros e diretrizes visando a uniformização de práticas e procedimentos relacionados à fiscalização contratual, tanto no que se refere à documentação apresentada mensalmente pela empresa contratada para o fim de habilitação para pagamento, quanto ao controle da execução do objeto do contrato.



**TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DA BAHIA E O MUNICÍPIO DE  
IBICARAÍ-BA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ n. 04.142.491/0001-66, com sede nesta cidade Capital, na 5ª Avenida, n.750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Márcio José Cordeiro Fabel**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ n. 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Tiradentes, n. 23, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Lenildo Alves Santana**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação** do período de vigência do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicarai, com o fito de viabilizar o funcionario da Promotoria de Justiça de Ibicarai/BA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO**

O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2014.


**CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinaram o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas **que** também o subscrevem.

Salvador/BA, 20 de outubro de 2014.

  
**Ministério Público do Estado da Bahia**  
Procurador-Geral de Justiça

  
**Município de Ibicarai-BA**  
Lenildo Alves Santana

1ª Testemunha

Nome:  
CPF:

2ª Testemunha

Nome:  
CPF:



Ofício nº 124 /2014  
(favor, fazer referência a este número)

Ibicaraí/BA, 04 de dezembro de 2014.

Ao  
Ilustríssimo Senhor  
Luis Carlos Luz Chaves  
Coordenador Executivo

Ref. Minuta

Ilustríssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, valho-me do presente expediente para acusarmos o recebimento do **ofício nº 027/2014 – ASTEC**, ao tempo que encaminhamos a V. Sa. **MINUTA**, na qual o Ministério Público do Estado da Bahia celebra **TERMO ADITIVO** com o Município de Ibicaraí, conforme segue (em anexo) em 04 (quatro) laudas assinado pelo Gestor do Município com duas testemunhas, devidamente assinadas pelo Prefeito do Município de Ibicaraí-Ba.

Na oportunidade, apresentamos expressões de elevada consideração e apreço.

**Dioneles Leone Santana Filho**  
Promotor de Justiça em Substituição



**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O MUNICÍPIO DE IBICARAÍ PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, com sede na Avenida nº 5, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Wellington César Lima e Silva** e o **MUNICÍPIO de IBICARAÍ**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Lenildo Alves Santana**, celebram o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este Termo tem por objeto estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa, entre os convenientes, para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicaraí.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPEIS**

Pelo **MUNICÍPIO de IBICARAÍ**

Colocar à disposição, sem ônus para o Ministério Público, 01 (um) servidor do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Ibicaraí para prestar serviços auxiliares de vigilância à Promotoria de Justiça.

Pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

- Manter, ainda que por substituição, providas as vagas de sua representação na Promotoria de Ibicaraí.





- Promover, no âmbito da Promotoria, a execução das atividades inerentes às funções institucional e constitucional do Ministério Público.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VEDAÇÃO**

É vedada a indicação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou afins até o terceiro grau do Prefeito Municipal e respectivos Secretários Municipais, para a(s) vaga(s) a que se refere este Termo.

### **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS**

As obrigações ora assumidas não acarretam qualquer transferência de recursos financeiros entre os partícipes, razão pela qual deixam de mencionar o valor dos recursos financeiros destinados a fazer frente às despesas e respectivas dotações orçamentárias, isto significando que as partes não terão ônus direto com a assinatura deste Termo.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

Este acordo terá vigência de 02 (dois) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

### **CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES**

As adições ou variações em qualquer cláusula para modificar este Ajuste, exceto quanto ao seu objeto, mediante consentimento mútuo, serão formalizadas através de Termos Aditivos, que passarão a integrar este instrumento.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO, RESILIÇÃO OU DENÚNCIA**


O presente Termo poderá ser resilido a qualquer tempo, por vontade de qualquer das partes, mediante comunicação escrita à outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, quando houver fato ou disposição legal que o torne material ou formalmente inexecutável, ou rescindido unilateralmente, se houver inadimplemento de qualquer das cláusulas aqui pactuadas.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE**

Até o quinto dia útil do mês subsequente ao dia da assinatura deste Termo, o MINISTÉRIO PÚBLICO publicará o seu resumo no Diário da Justiça Eletrônico.

### **CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Salvador para dirimir quaisquer questões oriundas do presente ato, renunciando as partes convenientes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

  
2/3



E, por estarem acordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e um só efeito, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador, 29 de outubro de 2012.

**WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA**  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA  
BAHIA  
Procurador-Geral de Justiça

**LENILDO ALVES SANTANA**  
MUNICÍPIO DE IBICARAÍ  
Prefeito Municipal

1ª Testemunha:

NOME  
CPF Nº

2ª Testemunha:

NOME  
CPF Nº